



Práxis agroecológica dos educandos da Licenciatura em Educação do Campo em Campos dos Goytacazes

Aline Quintino Flôr
Levi Barbosa do Nascimento
Manoel da Conceição Ribeiro¹
Robledo Mendes da Silva²

¹ Licenciando em Educação do Campo; LEC-ISEPAM-FAETEC;
manoelbatistaribeiro@yahoo.com.br

² Licenciado em Ciências Agrícolas e Mestre em Educação; MPA;
robledomendes@gmail.com

RESUMO

O papel da Agroecologia conjugada à Educação Popular foi a receita encontrada, conhecida também como *diálogo de saberes*, pelos educandos da turma de Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Superior de Educação Aldo Muylaert (Isepam-Faetec), no município de Campos dos Goytacazes/RJ, para o aproveitamento concreto de suas capacidades de ação transformadora. Partimos dos seguintes princípios: encontrar dentro e fora das salas de aula situações aplicáveis de uma teoria refletida criticamente; resgatar o nosso lugar como educador-educando para elevar nosso protagonismo no fenômeno do aprendizado; reconhecer os movimentos sociais do campo como fermento das lutas dos pequenos agricultores por conquistas de seus direitos; desenvolver nossas capacidades intelectuais para interferir positivamente nos processos de soberania alimentar e territorial, como também na tomada de consciência política dos camponeses. São elementos que descobrimos que nos movem na formação de nossa práxis agroecológica.

Palavras-chave: Educação do campo; Diálogo de saberes; Práxis agroecológica.

Introdução

A assimetria de condições de acesso e permanência ao ensino formal levou diversos grupos sociais a reflexões e proposições de políticas públicas e de reforma das instituições educacionais. A demanda existente nas comunidades do campo levou ao amadurecimento do tema, por parte dos movimentos sociais e demais entidades representativas, para conquista de uma modalidade de Educação do Campo e para esse campo.



O curso de Licenciatura em Educação Do Campo - Ciências da Natureza e Matemática com ênfase em Ciências Agrárias, realizado no Instituto Superior de Educação Aldo Muylaert (Isepam-Faetec), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), foi criado a partir do Programa de Apoio à Formação Superior de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Foi idealizado para atender à demanda na formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas do campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Constituído de carga horária equivalente a 3.380 horas, ele foi planejado para ser realizado em 4 anos, divididos em 8 etapas de curso. Adota-se um regime de alternância, subdividindo-se em Tempo-Instituição, ou Tempo-Escola (TE), e Tempo-Comunidade (TC).

O município de Campos dos Goytacazes, o maior do norte fluminense, possui, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 463.731 habitantes, sendo 45.006 rurais. Buscar entender o campo, seus sujeitos, territórios e contradições não é uma tarefa simples. Requer atenção teórica e metodológica coerente com a intencionalidade do estudo. Nesse sentido, nós, educandos da Licenciatura em Educação do Campo, passamos a apresentar, de maneira progressiva, ao longo das disciplinas, questionamentos referentes ao papel social e ao nosso protagonismo na formação profissional. Buscávamos a libertação da tradição passiva, assumindo que conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos e é como sujeito, e somente assim, que poderíamos realmente conhecer (FREIRE, 1983).

Graças a uma identidade com a Educação Popular, buscamos evitar os descaminhos do Ensino Superior, que santifica a divisão taylorista do trabalho intelectual, criando muros e não pontes entre as várias especialidades (TRAGTENBERG, 2004). Por isso mesmo é que, nos apaixonamos pelo diálogo de saberes na práxis agroecológica. Adotamos, como o verdadeiro processo de aprendizagem, aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 1983).

Não estávamos ali ocupando as cadeiras da Educação do Campo para sermos “enchidos”, por outros, de conteúdos cuja inteligência não percebem; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em nossas raízes, sem que sejamos desafiados a



participar ativamente da transformação. As instituições de educação, como parte constituinte-constituída de uma sociedade “meritocrática”, são espaços estruturados autoritariamente e com seus princípios de “ordem” e poder (TRAGTENBERG, 2004).

O protagonismo não é fruto do Ensino Superior! Para isso, é necessário que, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer (FREIRE, 1983).

E a Agroecologia nos foi descoberta como ferramenta essencial e complementar às nossas solicitações. Interpretamos como uma “corrente das Ciências Agrárias”, competente em suas bases e pesquisas dos agroecossistemas existentes representada pelas atitudes de profissionais que defendem a necessidade de uma ciência e uma práxis capazes de superar os impasses e danos socioambientais provocados pela Revolução Verde (PETERSEN, 2009).

Vislumbramos na Agroecologia uma formação adequada e sensível à diversidade de demandas do campo, para conquista de um modelo justo de desenvolvimento socioeconômico. Aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre “domesticadora” (FREIRE, 1983).

Os dados recentes publicados pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) esclarecem que a população rural de Campos caiu de 142.724 habitantes, em 1970, para 45.006 habitantes, em 2010, entretanto, entre 2000 e 2010 houve um leve crescimento que, muito provavelmente, está associado à conquista dos assentamentos pela luta travada pelos movimentos sociais pela terra na região (AGB, 2012). Buscamos, por meio da abordagem crítica dos conteúdos e ementas, reconhecer nosso potencial de intervenção na sociedade.

Acreditamos de maneira crítica, após “destilações ideológicas” em meio à “delinquência acadêmica”, encontrar os autores contra-hegemônicos, como Ana Primavesi, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Boaventura de Sousa Santos, Clodovis Boff, Clovis Caldeira, Eduardo Sevilla Guzmán, Frei Sérgio Görden, Guilherme Delgado, Josué de Castro, Leonildes Medeiros, Manuel Correia de Andrade, Manuel González de Molina, Marcos Antonio Pedlow, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Maurício Tragtenberg, Octavio Ianni, Paulo Freire, Pedro Kropotkin, Raquel Maria Rigotto, Sebastião Pinheiro, entre outros, cujas obras nos serviram de inspiração e instrumentalizam nossa trajetória, em um campo cujos intelectuais nunca se esconderam por trás de uma “falsa neutralidade da ciência”.



Quem sabe faz a hora...

Já no primeiro TE, com as disciplinas Estado e Políticas Públicas do Campo I, Ciclos Biogeoquímicos e outras, procurávamos espaço de intervenção na dinâmica. Constantemente, trazíamos para os debates temas geradores e fazíamos uma colaboração extra à ementa.

As turmas eram compostas basicamente de estudantes com duas origens, vindos de regiões de reforma agrária e professores de áreas rurais.

A “mística” foi uma das portas de entrada na gestão pedagógica do nosso curso em que, através de simbologias, representações culturais, citações de versos, fomos trabalhando harmoniosamente as diversas potencialidades descobertas no grupo e a construção de uma identidade enquanto coletivo, superando os limites da formalidade fria que certos “ritos” acadêmicos alimentam.

O resgate do simbolismo da canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, foi tomado de tamanho entusiasmo que a nossa turma assumiu como o seu hino e seu lema: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Gradativamente, fomos conquistando maior participação nas aulas, vencendo a inibição natural, e alguma herança conservadora. Na disciplina sobre os ciclos biogeoquímicos, nos envolvemos muito com a vida e a obra de Ana Primavesi, despertando grande influência e admiração por parte da turma. Foi quando decidimos transformar a avaliação em projetos de cartilhas populares sobre a temática *O solo como um organismo vivo*. O resultado desse trabalho concreto nos trouxe uma repercussão positiva.

Em pouco tempo, realizamos assembleias de turma com organização de livro ata, e, do diagnóstico de elementos a serem desenvolvidos, surgiram as propostas de alguns seminários. O primeiro foi temático, *Os movimentos sociais do campo*, trazendo representantes do MST, CPT, MPA, Fetag e Sindicato dos Profissionais da Educação (Sepe), possibilitando um primeiro contato aos que não compunham a parcela camponesa da turma. O segundo fez parte do TC, sendo dividido em dois momentos: o primeiro dia com abordagem internacional, com o tema *Campesinato na América Latina* e com mesa composta de um representante dos trabalhos nas comunas camponesas da Venezuela e um militante do MPA apresentando o conceito de



metamorfose do campesinato e a formação da Via Campesina; e o último dia com resgate das experiências pioneiras que originaram o curso de Licenciatura em Educação do Campo na região norte fluminense. A turma participou da apresentação de dois representantes da CPT. Um falou da experiência da Escolinha de Agroecologia, que há anos reúne, para estudos, práticas e trocas, técnicos e agricultores experimentadores na região. Em seguida, veio a explanação feita por outra representante, sobre o acúmulo histórico do Coletivo EduCampo, surgido a partir de 1998, em Campos — um grupo de organizações e trabalhadores que começou a se organizar para debater e refletir sobre a Educação do Campo, a fim de acionar e sensibilizar a sociedade e o poder público municipal e estadual para implantar uma política pública de Educação do Campo no município. Resumiu-se a trajetória do Coletivo EduCampo, vivenciada no período de 1998 a 2012, na luta pela implantação de uma política pública de Educação do Campo. O coletivo é composto por trabalhadores/as rurais sem terra, organizações e movimentos sociais, com trajetória na luta pela terra e/ou educação: CPT, MST, Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo/NF, Sepe e professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense (ABREU, 2009).

No final de 2012, já no segundo TE, um terceiro seminário foi organizado com a seguinte chamada: *Desafios e perspectivas da Educação do Campo e movimentos sociais no Rio de Janeiro*. Nele foram discutidas as avaliações de cada educando sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo, e foram feitos levantamentos das carências e dificuldades vivenciadas durante o curso. Contamos com representantes dos movimentos sociais do campo e de outras modalidades de Educação do Campo. Avaliamos que o evento esclareceu sobre os desafios de uma escola do campo, e o papel do educador para a formação de sujeitos críticos que levem os seus conhecimentos para a sua família e comunidade, demonstrando os seus verdadeiros valores.

Essas abordagens são de grande importância para assumirmos o profissional das Ciências Agrárias como um educador que atua no domínio do humano e atua com questões filosóficas (que não podem ser desconhecidas nem tampouco minimizadas) (FREIRE, 1983).

Para tanto, o interesse, em nossos estudos teóricos, por autores que trabalharam a práxis pedagógica e a valorização do nosso exercício concreto animaram ainda mais a disciplina Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais, fazendo com que as visitas de campo e avaliações ganhassem um caráter mais orgânico. Elaboramos um mapa do município de Campos com os territórios camponeses. Com técnicas pouco sofisticadas,



mas inspirados na cartografia social, levantamos os temas e os dados constituintes da conjuntura de assentamentos e acampamentos de reforma agrária com breve resumo descritivo, inspirados em relatórios publicados pelo GT Agrário da Associação dos Geógrafos do Brasil.

Em grupos, nossa turma experimentou a construção de um diagnóstico socioambiental no Assentamento Che Guevara, quando fizemos visitas de intercâmbio também nas variadas localidades referências agroecológicas para aprendermos. Destacamos as feiras de agricultura familiar e o conjunto de atividades promovidas pela Educação do Campo desenvolvidas no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Travessão, que envolve ativamente a comunidade e conta com assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), agentes da CPT e membros da equipe pedagógica.

Participamos da homenagem aos 15 anos do Assentamento Zumbi dos Palmares, o maior do Estado do Rio de Janeiro, visitando o lote no qual foi levantado o primeiro acampamento. Entre tantas outras experiências, conhecemos o Assentamento Josué de Castro, com sua extraordinária gestão, conseguindo inclusive um biodigestor que transformará esterco de porco em energia elétrica, alimentando todas as casas dos assentados.

Participamos também de algumas assembleias no Acampamento Luís Maranhão, no complexo falido da Usina Cambayba, e acompanhamos algumas das reuniões de trabalho de base com os núcleos de famílias acampadas. Sentimo-nos motivados em ensaiar uma cartilha: *Mais acampamento: formas de organização popular por métodos de trabalho de base*, brochura de 22 páginas, em formato A5, contendo modestas sugestões de poesias, textos e imagens, refletindo o estado da arte e registrando nosso momento sociopolítico. O homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, uma vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “práxis: da ação e da reflexão. Nessas relações com o mundo, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação” (FREIRE, 1983).

Refletimos muito sobre as paisagens conhecidas contrapondo a agricultura familiar em experiências agroecológicas de referência e as áreas degradadas pelo histórico de monocultura da cana-de-açúcar e pastos orientados pela lógica exploradora dos recursos naturais e da mão de obra.



Conhecemos uma grande diversidade de agroecossistemas, pois são fruto da intervenção das práticas de agricultura nos ecossistemas. Nas áreas do agronegócio, os agroecossistemas são mais artificializados e geralmente estão degradados. Contudo, em muitos territórios onde existe forte presença da agricultura camponesa, os agroecossistemas são mais biodiversificados, produzem alimentos com fartura e diversidade, em harmonia com a natureza, respeitando seus ciclos e recuperando e mantendo coisas que são essenciais para uma agricultura verdadeiramente sustentável: águas, solos férteis, biodiversidade, riqueza cultural e sabedoria dos povos e comunidades (MONTEIRO, 2012).

Campos é o maior produtor estadual de cana, com 43,9% da área plantada em todo o Estado e 56,3% da produção, em que pese a redução da área plantada e da produção nas últimas décadas, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE de 2009. A omissão e morosidade do poder público em fiscalizar as ações desumanas promovidas por grupos exploradores abrem espaço para recordes assustadores de assassinatos políticos relacionados à reforma agrária e de registros de trabalho escravo no norte fluminense.

Refletimos, em nossos estudos, que, no interior dessas formas de organização social do trabalho produtivo, inserem-se as relações entre trabalhador e empresário, ou entre colono, morador, agregado, empregado, camarada, volante, boia-fria, peão, assalariado permanente e temporário, por um lado, e fazendeiro, usineiro, criador, empreiteiro de mão de obra ou gato, por outro lado. Em geral, o Estado está presente nessas relações, apesar de que frequentemente aparece como se estivesse por fora ou acima delas (IANNI, 2004).

De acordo com a AGB, Campos é o município do Estado do Rio de Janeiro com maior número de assentamentos rurais (11), famílias assentadas (1.182) e área destinada à reforma agrária (17.740,43 ha). Desses 11 assentamentos, 2 seriam diretamente atingidos pelo complexo logístico do Açú: o Zumbi dos Palmares, o maior assentamento do Estado, com 507 famílias e 8.005,29 ha, e o Oziel Alves, com 35 famílias e 410,73 ha. Também verifica-se a presença no município de seis comunidades quilombolas (Aleluia/Batatal/Cambucá, Conceição do Imbé, Conselheiro Josino, Lagoa Feia, Morro do Coco e Sossego) que lutam pelo reconhecimento do direito coletivo à terra, e duas fazem parte do Assentamento Rural Novo Horizonte, criado nos anos 1980 (Conceição do Imbé e Aleluia/Batatal/Cambucá). Pudemos verificar, ao percorrer cada uma dessas comunidades, o descompromisso dos órgãos públicos em cumprirem os serviços de



desenvolvimentos registrados nos respectivos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs). Nossa turma aproveitou espaço na disciplina Seminário II para debater as diretrizes de um PDA, com o objetivo de proporcionar aos assentamentos da reforma agrária o desenvolvimento sustentável para as famílias, nos âmbitos ambiental, social, cultural, econômico, envolvendo, assim, os setores públicos federais, estaduais, municipais, movimentos sociais, instituições representativas de classe, universidades públicas e toda a comunidade, de forma dialógica e participativa. Cada um dos seguimentos envolvidos contribuiu com seus conhecimentos técnicos e de vivência para a transformação de toda a comunidade da agricultura familiar. Conseguimos fazer uma leitura pouco aprofundada de um dos oito PDAs obtidos, mas que serviu de introdução aos diversos modelos metodológicos adotados por cada entidade consultora de assistência técnica. Levantamos a importância da pluralidade profissional das equipes de Aters, contanto que haja coerência metodológica entre o corpo técnico e dele com os assentados diretamente envolvidos. É exatamente essa unidade da metodologia de aproximação das experiências com o conceito da Agroecologia que permite que o conhecimento que ela aporta não seja entendido como imposição externa ou como meras ideias incapazes de se inserir nas práticas sociais, mas produzindo de maneira participativa conhecimentos pertinentes e contribuindo para a emergência de forças materiais transformadoras (ALMEIDA, 2009).

Considerações finais

Reconhecendo-nos como educandos-educadores, defendemos que as novas formas de produção de conhecimento em meios acadêmicos, em tempos de revisão e transição paradigmática, remetem à Agroecologia como sendo a ciência contra-hegemônica, resultado da articulação de saberes populares, da experiência de vida e de pesquisas acadêmicas (OLIVEIRA, 2011). Com esses princípios, esperamos superar o velho sarampo do extensionista, aquele que leva o conhecimento aos que não possuem, com sua educação bancária, que gera dependência dos agricultores aos “pacotes” tecnológicos.

É essa medida que os conhecimentos científicos da Agroecologia deixam de ser percebidos como expressão de verdades universais inquestionáveis forjadas nos centros de pesquisa para serem incorporados como insumos para inovação local. Da mesma forma que não há conceito sem método que o objetivo, não há método sem um conceito que lhe dê sentido (ALMEIDA, 2009).



Nas últimas semanas, nossa turma se dedica a colaborar na construção do Fórum Estadual de Educação do Campo no Rio de Janeiro, que vem rendendo uma série de reuniões preparatórias, gerando expectativas de aprendizado de outras realidades estaduais.

Referências bibliográficas

ABREU, Carolina de C. R.; POLIDORO, Inês Fátima. A trajetória do coletivo EduCampo por uma política pública de Educação do Campo nos Campos dos Goytacazes, 2009.

AGB. **II Caderno de Textos do GT Agrária**, AGB Rio, Julho de 2012

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e desafio do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83.

IANNI, Octavio. O Estado e o trabalhador rural. In: **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 221-240.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistema. In: CALDART, Roseli Saete (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 67-73.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira; LOPES, Clarindo Aldo. Alternância e Agroecologia: estratégias de formação do campo com jovens dos movimentos sociais. In: OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de (org.). **Caderno de discussão: juventude, Educação do Campo e Agroecologia**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011. p. 25-41.

PETERSEN, Paulo. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.